

INVESTIGAÇÕES FORMAIS EM LÍNGUAS BRASILEIRAS: ESTADO DA ARTE

FORMAL INVESTIGATIONS IN BRAZILIAN LANGUAGES: STATE OF THE ART

Alessandro Boechat de Medeiros¹

Cilene Rodrigues²

Maria Cristina Figueiredo Silva³

Introdução

O presente volume oferece ao leitor um conjunto de artigos que exemplifica o estado da arte de investigações teóricas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros, atuantes em instituições nacionais e internacionais. A maioria dos artigos aqui reunidos resulta de apresentações realizadas na seção principal do *Encontro Intermediário do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática (GTTG) da ANPOLL* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), realizado em outubro de 2021.

O GTTG tem grande importância no cenário nacional por possibilitar coesão entre pesquisadores, promoção e divulgação de pesquisa entre pares, e por dar visibilidade ao trabalho do grupo no âmbito da ANPOLL. É praxe, neste contexto, que as pesquisas apresentadas nos eventos do GTTG sejam organizadas e publicadas em periódicos com reconhecimento na área. Portanto, destacamos e agradecemos a colaboração dos colegas do Departamento de Linguística da UFRJ ao ceder um volume especial da *Revista Linguística* para a presente publicação.

Esta apresentação do volume está organizada da seguinte maneira: na seção 1, refletindo sobre nosso passado, apresentamos um breve histórico do GTTG – buscando reconstruir o percurso desse grupo de trabalho. Na seção 2, contemplando o presente, apresentamos os artigos que compõem o volume, com o intuito de estabelecer o estado da arte da pesquisa realizada no Brasil. Na seção 3, mirando o porvir, fazemos prospecções, considerando as potencialidades e fragilidades do nosso grupo e indicando tópicos de investigação que devem estar no radar de pesquisas futuras.

1. GTTG – Um breve histórico

O GT de Teoria da Gramática da Anpoll fez 30 anos em 2017, o que deu ensejo em 2018 a um texto curto, de Carvalho e Souza, publicado na *Revista da Anpoll*, que fazia um breve resumo da

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), alboechat@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0001-9925-2643>.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), crodrigues@puc-rio.br, <https://orcid.org/0000-0001-5324-7486>.

³ Universidade Federal do Paraná (UFPR), figueiredosilvamc@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-0757-5910>.

sua história, em particular da sucessão de diretorias que garantiram que o GT chegasse a completar essa idade. Mas antes dele, lá em 2010, numa edição comemorativa dos 25 anos da Anpoll, a mesma *Revista da Anpoll* publicou um outro texto que dava conta do percurso do nosso GT, este um texto de muito fôlego que, em 50 páginas, montou um quadro detalhado dos trabalhos desenvolvidos na área naqueles 23 anos.

É sempre interessante fazer um apanhado da investigação que a área tem produzido, menos para um escrutínio preciso do que foi feito e mais para fazer uma reflexão sobre o significado desse nosso esforço histórico coletivo e também para calcular um pouco para onde ele está nos levando. Com esse intuito, vamos tentar mapear os diversos campos nos quais temos pesquisado, olhando um pouco o que os membros do GT (ou seus alunos) têm publicado em algumas revistas importantes do Brasil, como a *DELTA*, o *Cadernos* da Unicamp, a *Revista da Abralin* e a própria *Revista da Anpoll*, todas com avaliação no espectro do A no último *Qualis*.

E na verdade é notável o quanto a nossa área é articulada em termos de publicação. Não somos muitos – coisa de uma centena de pesquisadores, somando aqui alunos e ex-alunos – mas produzimos conhecimento como áreas muito maiores: temos artigos alinhados com a perspectiva formal em praticamente todos os números dos quatro periódicos examinados (mesmo que alguns deles não sejam tão simpáticos às abordagens formais). Olhando desde 2018, temos pelo menos um dossiê por ano (quando não dois ou três) em alguma das revistas citadas acima, dando conta tanto de eventos que realizamos quanto dos de que participamos – por exemplo, no *Cadernos*, em 2022 temos um dossiê que corresponde ao evento em homenagem à Mary Kato e à Charlotte Galves, sobre processos de contato, aquisição e mudança linguística, temas caros às homenageadas e a muitos de nós; em 2021 há o dossiê comemorativo dos 45 anos da revista, onde pelo menos a metade dos artigos do número é de integrantes deste GT; em 2020, é um dossiê sobre pragmática, semântica e sintaxe formal que traz contribuições do nosso grupo e temos também artigos fora do dossiê... 2018 é o ano de maior presença nossa nos periódicos examinados: um dossiê sobre estudos formais em tempo, modo e aspecto no *Cadernos*; uma edição especial da *Revista da Anpoll* comemorativa dos 30 anos do GTTG e, na *Revista da Abralin*, um dossiê sobre psicolinguística, que abarca uma grande variedade de temas e de pesquisadores deste grupo.

Por outro lado, quando olhamos o conteúdo específico das nossas contribuições para essas revistas, salta imediatamente aos olhos que o primeiro campo de estudos com o qual estamos todos comprometidos é a descrição da gramática do português brasileiro (doravante PB). Esse esforço, na verdade, precede a criação do grupo de trabalho da Anpoll e pode ser encontrado inclusive na obra pregressa da fundadora do GT, a professora Charlotte Galves – um exemplo é o seu texto sobre pronomes e categorias vazias no PB, publicado no *Cadernos* de 1984...

E não há dúvida de que temos construído um conhecimento estupendo sobre os mais diversos aspectos da gramática do português brasileiro, que vai desde a discussão sobre a distribuição nas posições de sujeito e objeto de pronomes e categorias vazias, passando pelos problemas de

concordância, mas também sobre exclamativas e perguntas eco, sobre complementação infinitiva ou sentenças causais e temporais – em resumo, demos cobertura para um grande número de tópicos da gramática do PB, além de termos cada vez mais trabalhos em morfologia e estrutura informacional da sentença, assuntos também presentes neste volume.

Sim, temos relações de longa data estabelecidas com outras áreas e pesquisadores que também participam de outros GTs vêm integrar nossas fileiras e nos levam além do PB: é digna de nota a nossa parceria com os colegas da Semântica formal, da Aquisição da linguagem, da Psicolinguística, com os pesquisadores de LIBRAS e de Línguas indígenas, mostrando que integram nosso conjunto de preocupações os trabalhos com as interfaces da gramática – sejam internas (da sintaxe com a morfologia, com a fonologia, com o léxico e com a semântica), sejam externas (da gramática com o processamento linguístico, com a aquisição de primeira ou segunda língua, com a estrutura informacional da oração). O que nos integra é fundamentalmente a abordagem formal – no mais das vezes gerativista – que dá lastro para o grande desejo de fazer descrições precisas dos fatos, ao mesmo tempo em que nos permite fornecer (ou arriscar) uma boa hipótese de por que as coisas são como são, e não de outro modo qualquer.

As parcerias também estão se alargando. De alguns anos para cá tem aumentado o interesse no grupo em investigar as relações que podem ser entretidas entre a linguística formal e a educação, em particular a educação básica. A gestão anterior do GTTG investiu bastante nesse tema, a assim chamada linguística educacional, dedicando a ele parte importante do evento de 2019 e também uma publicação em livro, mas é preciso reconhecer que esse tema vem se impondo já há alguns anos, como o número de 2018 da *Revista da Abralin* com o dossiê em psicolinguística mostrou. E a razão para isso é mais do que simplesmente responder à sociedade por uma demanda ligada ao fracasso do sistema educacional brasileiro, particularmente no que concerne ao ensino de língua materna; na verdade, aqui está em discussão uma decisão tomada há anos nas escolas, na direção de negligenciar o ensino de gramática como essencial para garantir também a proficiência em leitura e escrita. O que os trabalhos produzidos pelos linguistas formais nesse campo têm mostrado é que há um ganho indiscutível na formação da consciência metalinguística dos alunos do ensino fundamental, e um dos *workshops* realizados durante o *Encontro Intermediário do GTTG em 2021* foi exatamente no sentido de discutir essas contribuições.

Todavia, é bastante possível que o problema seja ainda mais sério, porque o que se vê, segundo o *Unesco Science Report: towards 2030*,⁴ é a retração geral de todo o investimento em ciência básica, uma decisão que nos afeta diretamente nas vagas de concurso para os nossos departamentos ou para o número de projetos da área contemplados com financiamento nacional ou local. De um modo geral, no mundo se vê um avanço grande de todas as áreas técnicas ou tecnológicas em detrimento da pesquisa em ciência de base. Entra aqui então a nossa segunda linha de contribuição: a Linguística evolutiva, que tem fortalecido principalmente a interface com a biologia, antropologia e as neurociências, com o

⁴ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *UNESCO Science Report: Towards 2030*. UNESCO Publishing, 2015.

intuito de compreender a história evolutiva da linguagem humana e contribuir para o desenvolvimento e aplicação de teorias formais em outros tipos de sistemas gramaticais (e.g., música, vocalização em primatas e gestos). Esse foi o tema do nosso segundo *workshop* do *Encontro Intermediário do GTTG/2021* que se dispôs a implementar uma visão plural do que se entende por evolução da linguagem.

2. Linguística formal no Brasil: estado da arte⁵

A presente coleção de artigos é uma amostra do estado da arte na linguística formal brasileira, particularmente em sintaxe, semântica e morfologia. Considerando os temas abordados pelos autores, o volume foi estruturado em blocos de artigos. No primeiro bloco, temos as análises que se dedicam ao domínio C-T. No segundo bloco, análises da estrutura do *vP* e sua periferia, e no terceiro bloco análises sobre domínios menores como PPs, DPs e NPs.

O artigo de Tarcísio Dias, intitulado *Island Sensitivity in Brazilian Portuguese ‘Quem nunca?’ Constructions*, abre o primeiro bloco, descrevendo e analisando a construção (*Quem nunca?*), comum no PB falado. Essa expressão ocorre em contextos como em (1), onde (1B) é uma pergunta retórica que expressa não surpresa pelo conteúdo da afirmação em (1A).

- (1) A. A Maria beijou o João.
B. Quem nunca?

Dias sugere que a estrutura subjacente a (1b) envolve elisão do TP (*sluicing*) ([quem_i nunca [_t ~~beijou o João~~]]). O problema central desta análise, foco do artigo de Dias, é que, em contraste com casos canônicos de *sluicing*, o *sluicing* em questão parece ser sensível à presença de ilha, como exemplificam os dados em (2). Com base em *Bošković* (a sair), Dias sugere que um sintagma-QU sujeito não ocorre em Spec-TP, mas em uma projeção acima de TP e abaixo de CP. Em *quem nunca?*, *quem* está no especificador desta posição, enquanto *nunca*, núcleo de NegP, se desloca para o núcleo da projeção em questão. Assim, a falta de identidade estrutural entre o constituinte elidido em (2B') e seu antecedente em (2A) leva à agramaticalidade de (2B'). O antecedente do TP elidido em (2B') é o TP da sentença encaixada de (2A). O especificador deste TP está preenchido pelo o sujeito [a Maria]. Em (2B'), o especificador do TP elidido está vazio, já que o constituinte-QU, *quem*, está em uma posição acima de TP. Portanto, para Dias, a agramaticalidade de (2B') não resulta de efeito de ilha, mas da falta de paralelismo sintático entre o TP elidido e seu antecedente.

- (2) A. Pedro contou quando a Maria beijou o João.
B. Quem nunca [~~contou quando a Maria beijou o João~~]?
B'. *Quem nunca [~~beijou o João~~]?

⁵ Os trabalhos citados nesta seção já fazem parte das referências bibliográficas dos artigos resenhados, e, portanto, não constarão das referências bibliográficas deste texto de apresentação.

O segundo artigo do primeiro bloco, *Sluicing and focus particles in Brazilian Portuguese and Nupe*, de Gesoel Mendes e Jason Kandybowicz, tem como objetivo a identificação do constituinte elidido em casos de *sluicing* em nupe e em PB. Em nupe, em contextos de resposta a pergunta, a partícula de foco “o” sobrevive ao processo de *sluicing*, indicando, portanto, a não validade da generalização *Sluicing-COMP* (MERCHANT, 2001), segundo a qual em *sluicing*, apenas operadores podem ocorrer em COMP. Em PB, no entanto, a partícula *que*, analisada como partícula de foco em Mito (2001) e de Mito e Kato (2005), não sobrevive a *sluicing*.

- (3) A. Joana viu alguém na praça.
B. Quem (*que)?

Mendes e Kandybowicz sugerem que a partícula *que* do PB é na verdade o núcleo de FinP, estabelecendo concordância com o núcleo de foco acima de FinP. Ainda, nesta língua, é FinP, e não TP, o alvo de elisão em casos de *sluicing*. Portanto, em PB, *que* não sobrevive ao processo de *sluicing*, como mostra a agramaticalidade do (3B).

Adotando uma análise distinta daquela de Mendes e Kandybowicz para a partícula *que*, o terceiro artigo, *A Parameter-free Underspecification Approach to Complementizer Agreement*, de Yushi Sugimoto e Acrisio Pires, investiga a opcionalidade de *que* em estruturas com sintagma-QU deslocado para o início da sentença. Com base em ideias de Obata *et al.* (2015), que defende que a ordem de aplicação das operações sintáticas é parametrizável, sendo decorrente de interação entre o primeiro, o segundo e o terceiro fatores (CHOMSKY, 2015), Sugimoto e Pires propõem que a partícula *que* realiza o núcleo C do CP se C concordar em traços *wh* e φ com o sintagma-QU. Não havendo essa dupla concordância (*Agree*), C não se materializa em PF. O licenciamento da concordância em questão depende da ordem em que as operações sintáticas se aplicam durante a derivação.

Ainda dentro do primeiro bloco de artigos, Clariana Vieira, autora do artigo *A influência do input na produção infantil em perguntas-QU do português brasileiro*, trata de aquisição de sentenças interrogativas com movimento de sintagma-QU para CP. Partindo de dados do corpus CHILDES, Vieira mostra a disparidade entre crianças, que preferem esmagadoramente interrogativas com deslocamento de QU, e adultos, que licenciam diferentes tipos de estruturas: (i) QU-*que* em posição inicial, (ii) o deslocamento simples de QU, (iii) QU *in situ*. A conclusão principal do trabalho, baseada em análises anteriores (e. g., GROLLA, 2009), é que a frequência do *input* não determina a estratégia preferida pelas crianças nas fases iniciais da aquisição para a formação de interrogativas com QU. A autora considera que o não amadurecimento de fatores pragmáticos complexos, como contextualização para suporte a pressuposições subjacentes a interrogativas com QU *in situ*, justifica a preferência por deslocamento de QU nos estágios iniciais de aquisição.

O artigo *V2 y la periferia izquierda en español medieval*, de Carlos Felipe Pinto, investiga a hipótese de que o Espanhol, assim como o Francês, era uma língua V2, com o verbo finito em segunda posição. Pinto propõe, seguindo a cartografia de Rizzi (1997), que o domínio do CP inclui os

núcleos Fin e Force. Nas línguas com V2 em sentenças matrizes e subordinadas (línguas simétricas) ou só em subordinadas de maneira opcional (línguas mistas), o verbo flexionado é realizado em Fin; nas línguas assimétricas (V2 apenas em matrizes), o verbo é realizado em Force. Assumindo que o espanhol medieval era uma língua V2 simétrica, o autor propõe que o verbo era realizado em Fin. Uma série de evidências é apresentada por Pinto para esta análise.

Ainda no domínio C-T, o artigo de Patrícia Araújo, *Orações causais em português brasileiro*, investiga as orações causais e explicativas iniciadas com *porque em PB*. Como (4a,b)

- (4) a. A formiga não receia o inverno, porque economiza no verão (causativa).
 b. Espere um pouco, porque ele não demora (explicativa).

Araújo, com base em critérios puramente sintáticos, classifica essas sentenças em três tipos: centrais, com adjunção interna ao TP, periféricas, com adjunção externa ao TP, e não integradas, com adjunção a uma projeção alta que codifica ato de fala. A autora mostra que as orações causais de conteúdo podem adjungir-se às três posições em questão. Os testes usados pela autora para avaliar a altura da oração adverbial se baseiam em efeito de Princípio C, escopo da negação dentro da matriz e grau de encaixamento da oração adverbial quando a sentença que a contém é complemento de um verbo de atitude proposicional, como *dizer*.

O próximo artigo, *A interface morfologia-sintaxe: uma proposta de estrutura para as nominalizações infinitivas do português brasileiro*, de Dalila Maria de Souza e Paula Roberta Gabbai Armelin, abre o segundo bloco do volume. Pressupondo o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, de Souza e Armelin analisam nominalizações sentenciais em PB, como em (5), sugerindo que se trata de processo de normalização baixa, via inserção de núcleo nominalizador *n* acima da projeção de aspecto, com VoiceP apassivado. Nessas estruturas, tempo não é especificado, o sujeito não é marcado com Caso nominativo, indicando nominalização baixa, o objeto não é marcado com Caso acusativo e, em estruturas com verbo transitivo, a realização do argumento externo é opcional, o que indica processo de apassivação.

- (5) a. O cantar dos pássaros me encanta todas as manhãs.
 b. O corrigir das provas (pelos auxiliares) durou horas.

O artigo de Ezekiel Panitz, *Reassessing the Existence of Verb-Stranding in vP-Ellipses Brazilian Portuguese*, argumenta contra a ideia de que o português brasileiro seja uma língua VVPE (Verb-stranding in VP Ellipses). Considere o exemplo em (6):

- (6) Pedro comeu duas barras de chocolate. Roberta também comeu.

A literatura (e. g., CYRINO; MATOS, 2005; TESCARI NETO, 2012) argumenta que em (6) ocorre elisão do vP sem apagamento do verbo (VVPE), que se desloca para T. Na esteira de Landau (2020), que argumenta que VVPE não é um processo gramatical, Panitz sugere que (6) envolve

apagamento do argumento interno e não VVPE, correlacionado este apagamento com propriedade *topic-drop* do PB.

Marcelo Sibaldo, em *Labeling Small Clauses*, baseando-se em *Problems of Projection* (CHOMSKY, 2013), propõe procedimento de rotulação das chamadas *small clauses* (SC), com base em dados do PB e do russo, argumentando que o rótulo de uma SC depende dos processos derivacionais de concordância (*Agree*) estabelecidos dentro do domínio.

O terceiro bloco de artigos começa com *Prepositions in Brazilian Portuguese: on the Rise of a Novel System*, de Heloísa Salles, que investiga o sistema preposicional do português brasileiro, com particular interesse nos diversos usos da preposição *para*, e na perda da preposição *a* em quase todos os contextos em que continua ativa em português europeu. Adotando a proposta de Manzini e Franco (2016) para estruturas sintáticas com argumentos dativos e construções D((ifferential) O(bject) M(arking)), Salles considera os dados em (7), trabalhando com a hipótese de que a perda generalizada da preposição *a* e sua substituição por preposições como *para* apontam para uma identidade morfossintática da preposição (*para*) em diferentes contextos estruturais.

- (7) a. Maria entregou o livro *para* o João (<ao João)
 b. Maria foi/veio *para* o/no mercado (<ao mercado)
 c. Maria agradou __o amigo (<ao amigo)

Na sequência, temos o artigo *A estrutura do DP em kaingang*, de Cristina de Souza Prim e Marcos Carreira, com uma descrição inédita da estrutura do DP em kaingang. Prim e Carreira observam que a ordem aparentemente fixa dos elementos dentro do DP em kaingang é a dada em (8).

- (8) POSS > NOME > ADJ (+ADV) > NUMERAL > DEM > D-INDEF > GEN/NUM

Seguindo a proposta de Kayne (1994), de que a ordem universal básica é sempre especificador-núcleo-complemento e que outras ordens são geradas por movimentos, e a proposta de Aboh (1998) para a língua gungbe de movimentos “bola de neve”, Prim e Carreira sugerem que a ordem do kaingang é gerada, a partir da ordem básica de Kayne, via uma sequência de movimentos do tipo “bola de neve”.

Lizandra Caires do Prado, Rozana Reigota Naves e Paulo Medeiros Júnior apresentam uma análise de orações relativas restritivas e apositivas em LIBRAS, no artigo *Sentenças relativas restritivas e apositivas em Língua Brasileira de Sinais: uma análise gerativa*. Os autores argumentam que não há estrutura de adjunção nas relativas em LIBRAS, seguindo, em parte, o modelo *raising* de Kayne (1994). Os dados mostram que um sinal locativo ocorre tanto nas restritivas quanto nas apositivas. Assim, para as restritivas, a análise em (9) é proposta, com o pronome relativo realizando um morfema nulo em C, e o constituinte nominal movido para o especificador do CP. Já para as apositivas, a estrutura proposta é (10):

(9) [DP [CP [D N/(Mod)N+Loc]_i [C Ø [IP [LocNA/Loc] t_i]]]]

(10) [DP [CP [D N]_i [C Ø [IP [Loc/LocNA/LocNA+N/LocNA+Loc] t_i]]]]

Apesar de estruturalmente semelhantes, restritivas e apositivas são diferenciadas por um traço suprasegmental de pausa, inicial e final, presente nas apositivas, e ausente nas restritivas.

Os três últimos artigos do volume se voltam para a semântica dos sintagmas determinantes e nominais, trazendo importantes contribuições para o estudos sintáticos das construções analisadas.

Palavrão pra lá, palavrão pra cá: notas sobre a posição sintática e a interpretação de alguns expressivos do português brasileiro, de Marina Nishimoto Marques e Renato Miguel Basso, trata dos chamados termos expressivos ou uso-condicionais, que não contribuem para o cálculo das condições de verdade, mas estão associados a determinadas condições de uso. Marques e Basso investigam particularmente estruturas com as configurações sintáticas: [D IE de DP] (e.g. “a merda das chaves”) e sua inversão [DP de IE] (e.g. “as chaves de merda”), sendo IE = item expressivo. As perguntas que norteiam a análise são as seguintes. (i) A inversão muda a interpretação da sentença? (ii) Quais são os expressivos que se encaixam na estrutura [D IE de DP]? (iii) Todos se comportam da mesma forma? Uma diferença imediata entre as duas formas é que, enquanto na primeira as sentenças com o IE e sem o IE têm as mesmas condições de verdade, como vemos em (11) abaixo, o mesmo não se dá quando temos a inversão, como o mostra (12):

- (11) a. A merda da chave está perdida.
b. A chave está perdida.

- (12) a. A TV de bosta quebrou.
b. A TV quebrou.

Além disso, em (11a) a atitude negativa do falante que o IE expressa pode ser tanto em relação ao referente do DP a que pertence como em relação à proposição como um todo. Em (12a), por outro lado, a atitude negativa do falante se restringe ao referente do DP ao qual o IE pertence. Mas nem todos os IEs que ocorrem na forma [D IE de DP] podem ocorrer na ordem invertida discutida acima e a inversão do IE pode ocorrer sem a preposição *de* (e.g. “essa porcaria de asfalto”, “esse asfalto porcaria”). Marques e Basso observam que os IEs que podem aparecer nas duas ordens acima podem ocorrer em expressões de grau. Além disso, todos os IEs podem ter função predicativa, mas só os exclusivamente pré-nominais precisam, nessa função, vir precedidos de artigo indefinido. O artigo conclui-se mostrando que todos os IEs possuem as mesmas interpretações associadas às estruturas sintáticas em que podem ocorrer, e, com isso, propõem-se uma formalização de seus significados – ou, de fato, dos significados estruturais associados a eles quando estão antes ou depois dos nomes que os acompanham.

Efeitos de vagueza na interpretação dos adjetivos, de Ana Paula Quadros Gomes, faz uma apresentação das noções de adjetivos de grau e suas subdivisões, como os adjetivos relativos de grau, o caso do adjetivo *grande* (associados à ideia de vagueza), e os absolutos de grau, o caso do adjetivo *cheio* (associados à ideia de imprecisão). Ademais, entre os absolutos, a literatura ainda os distingue em adjetivos de escala fechada no limite inferior (como é o caso de *torto*) e adjetivos de escala fechada no limite superior (como é o caso de *reto*). O artigo apresenta um experimento para verificar se descrições definidas com adjetivos relativos de grau (e.g. *o elefante grande*) acomodam com maior facilidade as pressuposições de existência e unicidade no contexto em comparação com as descrições definidas com adjetivos absolutos de grau (e.g. *o copo vazio*). Trata-se de um experimento de *picture-matching*, no qual, para responder a uma pergunta do experimentador (e.g. *onde está o copo cheio?*), o participante escolhe, como resposta, uma de três imagens dadas, dentre as quais a imagem de uma caixa preta, opção de resposta quando nenhuma das outras imagens fornece resposta apropriada para a pergunta feita. Os resultados estatísticos obtidos favorecem a hipótese de que descrições definidas com adjetivos relativos de grau se acomodam, com maior facilidade, às pressuposições de existência e unicidade introduzidas por seu artigo definido.

Encerrando o volume, temos o artigo *A expressão de espécie no português brasileiro: nomes nus e definido genérico*, de Roberta Pires de Oliveira. O trabalho se volta para o estudo de três tipos de sintagmas nominais/determinantes: os singulares nus (SNU, exemplificado em (13a)); os plurais nus (PNU (13b)) e os DPs singulares com determinante definido, mas interpretação genérica (DG, *definido genérico* (13c)) – outra classe mencionada, mas não analisada no texto, é a dos definidos genéricos plurais, cuja sigla adotada é DgP. Os exemplos abaixo ilustram os três tipos em estudo:

- (13) a. Periquito está em extinção (SNU).
 b. Periquitos estão em extinção (PNU).
 c. O periquito está em extinção (DG).

A pergunta central do artigo é: há diferenças de interpretação entre essas três expressões de espécie? Retomando ideias de Pires de Oliveira (2022), a autora defende que PNUs são indivíduos plurais, e, portanto, (13b) afirma que a soma máxima dos indivíduos que são periquitos está em extinção; já os SNUs expressam espécie (a interseção de todas as propriedades que definem unicamente tal espécie), e assim (13a) afirma que é a espécie periquito que está em extinção, não simplesmente a soma máxima de indivíduos que são periquitos. DGs (como em (13c)), na análise proposta, introduzem uma pressuposição de familiaridade, pressupondo o fato de que estamos falando de espécie.

Em resumo, o presente volume oferece, ao leitor, uma variada e rica coletânea de artigos, que serve de amostra da produção atual em linguística formal no Brasil.

3. Futuro da Teoria Gerativa no Brasil: uma prospecção

Nesta última seção da apresentação, consideramos alguns tópicos que merecerem nossa atenção na promoção e fortalecimento da Gramática Gerativa no Brasil. Iniciaremos com a distribuição

geográfica dos grupos de pesquisa, incluindo, em seguida, uma nota sobre estudos das línguas de base não portuguesa faladas no território brasileiro. Para finalizar, discutimos alguns tópicos do português brasileiro ainda pouco explorados.

3.1. Distribuição geográfica dos grupos de pesquisa

A distribuição geográfica dos grupos brasileiros de pesquisa em Teoria da Gramática está desbalanceada, com maior concentração nos principais centros do sul e sudeste. Existem exceções, como UnB e UFBA, mas, de modo mais geral, os centros do norte, nordeste e centro-oeste têm número reduzido ou mesmo falta de docentes especializados na área. Este cenário prejudica o desenvolvimento de pesquisas teóricas sobre dialetos do português brasileiro, línguas orais nativas e línguas de sinais localizadas nas regiões com desfalque de pesquisador. Um desafio para o futuro, portanto, é fortalecer as equipes de pesquisa do norte, nordeste e centro-oeste, mantendo os centros do sul e sudeste, considerando tanto número de pesquisadores quanto qualidade e foco da pesquisa.

Para remediar o problema em questão, talvez seja interessante aumentar a mobilidade dos pesquisadores, promovendo colaborações entre centros e fortalecendo grupos menos robustos na área. Salientamos, do mesmo modo, que a formação e a contratação de novos pesquisadores devem envolver trocas entre grupos, com incentivo, na graduação e pós-graduação, ao diálogo com pesquisadores de outros centros e com preferência por contratação de egressos vindos de outros grupos. É interessante ainda fortalecer as colaborações com pesquisadores de outros países sul-americanos.

3.2. Descrição e análise das diferentes línguas faladas e sinalizadas no território brasileiro

A América do Sul detém $\frac{1}{4}$ das famílias de línguas do mundo (CAMPBELL, 2012), a maioria localizada em território brasileiro. O português brasileiro divide espaço com línguas nativas, línguas de quilombolas, dialetos de imigrantes e línguas de sinais. Esta é uma das riquezas da sociobiologia local, sendo preocupantes, portanto, os dados do *Ethnologue* (LEWIS, 2009) indicando que o Brasil é o terceiro país em perda linguística do planeta. Note que quase todas as nossas línguas são minoritárias, com menos de 600.000 falantes. Portanto, documentar, descrever e analisar teoricamente a gramática desses sistemas linguísticos é tarefa importante e urgente para nós, como linguistas locais, além da defesa política dessas populações, como cidadãos.

A participação de gerativistas em pesquisas sobre línguas nativas tem aumentado nas últimas décadas, mas ainda é reduzida, como exemplifica a desproporção do presente volume, que contém apenas um artigo sobre língua indígena (*A estrutura do DP em kaingang*, de Cristina de Souza Prim e Marcos Carreira).

Como exemplo das contribuições de línguas nativas para a teoria linguística, considere-se a nominalização sentencial, processo presente nas línguas de modo geral, mas marcadamente produtivo nas línguas nativas sul-americanas, como exemplifica a língua mēbengokre (família Jê, Brasil - SALANOVA, 2007).

Uma questão teórica central sobre nominalização sentencial é o tamanho do constituinte

nominalizado. Em português brasileiro, o processo toma como alvo projeções baixas na estrutura sentencial, como argumentam Dalila Maria de Souza e Paula Roberta Gabbai Armelin no artigo *A interface morfologia-sintaxe: uma proposta de estrutura para as nominalizações infinitivas do português brasileiro*, mas em outras línguas sul-americanas, como quechua, projeções mais altas, do domínio C-T, é que são nominalizadas (LEFEBVRE; MUYSKEN, 1988). Portanto, estudos de línguas nativas sul-americanas são muito relevantes na elaboração de uma teoria ampla sobre nominalização sentencial.

Igualmente, o aumento nas pesquisas teóricas sobre a gramática das línguas de sinais locais é um dos nossos desafios. No presente volume há também apenas um artigo dedicado à LIBRAS (*Sentenças relativas restritivas e apositivas em Língua Brasileira de Sinais: uma análise gerativa* de Lizandra Caires do Prado, Rozana Reigota Naves e Paulo Medeiros Júnior). Além de LIBRAS, temos, no território brasileiro, outras línguas de sinais, incluindo sistemas emergentes. Análises desses sistemas podem nos dar pistas importantes sobre a arquitetura da gramática, evolução da linguagem na espécie e aquisição e desenvolvimento no indivíduo.

Importantes também são estudos comparativos entre línguas orais e de sinais. Macro diferenças entre estas duas modalidades parecem estar circunscritas ao modo de externalização da informação linguística, sendo o sistema computacional (Língua-I no sentido restrito) compartilhado pelas duas modalidades (v. De QUADROS et al., a sair). Portanto, muitas questões estruturais pertinentes para o estudo de línguas orais são também pertinentes para línguas de sinais, como é o caso das construções com verbos seriados (*serial verb constructions*), comuns em línguas orais nativas das Américas e da África, e em línguas de sinais, incluindo LIBRAS (v. SOUZA, a sair).

Quanto a dialetos de imigrantes e línguas de quilombolas, poucos estudos teóricos foram realizados até o momento (dentro e fora do Brasil), limitando nosso entendimento dos impactos das expansões territoriais sobre a gramática.

A reduzida participação de teóricos nessas arenas de pesquisa se deve, a nosso ver, a fatores externos e internos à área. Fatores externos, como custo financeiro e tempo de execução, dificultam pesquisas teóricas sobre línguas isoladas espacialmente. Os fatores internos estão relacionados à formação de pesquisadores. Ainda são poucos os centros que oferecem formação em pesquisa de campo em línguas diferentes do português brasileiro.

3.3. Tópicos de pesquisa ainda pouco explorados

Representante dos nossos atuais interesses de pesquisa, o presente volume mostra forte concentração de investigações nas interfaces da sintaxe com a semântica e a morfologia. É possível que isto se deva ao fato de as decisões paramétricas do português brasileiro moderno impactarem, de modo mais dramático, essas interfaces específicas. Por exemplo, a perda de traços de concordância na língua resultou em mudanças morfológicas visíveis no domínio sentencial e nominal. Do mesmo modo, o licenciamento de expressões nominais contendo singulares nus tem efeitos semânticos

claros, como mostra Roberta Pires de Oliveira em *A expressão de espécie no português brasileiro: nomes nus e definido genérico*. Defendemos, no entanto, que investigações conduzidas em línguas locais sobre as interfaces sintaxe-pragmática e sintaxe-fonologia podem ser igualmente informativas sobre a gramática subjacente à linguagem humana. Assim, no que se segue, faremos uma prospecção teórico-empírica, discutindo brevemente fenômenos do português brasileiro que podem oferecer novos *insights* sobre as interfaces sintaxe-fonologia e sintaxe-pragmática.

3.3.1. Elisão nominal e condições de interface sintaxe-fonologia

Martinho (1998) e Clara (2008) apontam que, em português europeu, nos contextos estruturais [Ddef N PP] a elisão de N depende da natureza da preposição que segue N. Apenas as preposições ‘de’ e ‘a’ licenciam elisão de N. Raposo (2018) analisa o fenômeno, considerando que: (a) em geral, preposições são núcleos de fases, mas ‘de’ e ‘a’ não são por não estarem presentes na estrutura sintática, sendo inseridas tardiamente em PF; (b) em português, o determinante definido se funde fonologicamente com o elemento que o segue. Em estruturas [Ddef N PP] com N elidido, preposições, que não ‘de’ e ‘a’, bloqueiam o processo fonológico de fusão do D porque são enviados para PF em um ciclo derivacional (fase) separado.

Dados experimentais coletados por Oliveira (2014) indicam, no entanto, que o português brasileiro é mais leniente no licenciamento de N elidido. Nos contextos [Ddef N PP], um N elidido pode ser seguido por diferentes preposições. Os dados em (14), por exemplo, são todos aceitáveis em português brasileiro.

- (14) a. O livro da Maria e o [-]do João...
 b. O presente para Maria e o [-] para o João...
 c. O jogo com os estados unidos e o [-] com o Japão...
 d. A pessoa por trás de mim e a [-] por trás de você...

Na análise teórico-experimental de Oliveira, o licenciamento de N elidido envolve processos fonológicos de formação de constituinte prosódico, relativos ao determinante definido, que pode formar um constituinte prosódico com o elemento que o precede. As elisões em (14) só são possíveis porque o artigo forma um constituinte prosódico com a conjunção ‘e’. Quando não há um constituinte prosódico [conjunção determinante], as elisões em (14b, c, d) não são licenciadas. Por exemplo, as observações experimentais de Oliveira indicam que a aceitabilidade dos dados em (15) caem significativamente quando comparada com a dos dados em (14).

- (15) a. O presente para Maria foi caro, porém o [-] para o João...
 b. O jogo com os estados unidos foi fácil, porém o [-] com o Japão...
 c. A pessoa por trás de mim é russa, porém a [-] por trás de você...

As análises de Raposo e de Oliveira podem ser convergentes, indicando que, no português

européu e no brasileiro, um D definido forma constituinte prosódico ou com o item que o precede ou como item que o segue, estando os dois itens dentro do mesmo domínio sintático (fase). No entanto, para se sustentar essa conclusão é preciso replicar, no português europeu, os resultados de aceitabilidade obtidos para o português brasileiro.

As pesquisas sobre elisões no nível sentencial apresentadas nos artigos *Island sensitivity in Brazilian Portuguese* quem nunca? (Tarcisio Dias), *Sluicing and focus particles in Brazilian Portuguese and Nupe* (Gesol Mendes e Jason Kandybowicz) e *Reassessing the existence of verb-stranding in vP ellipsis Brazilian Portuguese* (Ezekiel Panitz) examinam as estruturas sintáticas subjacentes aos processos de elisão e seus efeitos nas representações em LF. A elisão nominal discutida acima aponta para interações entre a sintaxe e a fonologia, fenômeno ainda muito pouco estudado nos contextos de *ellipsis*.

3.3.2. Evidencialidade: na interface sintaxe-pragmática

Sistemas de evidencialidade fazem referência à fonte e à confiabilidade da informação transmitida por uma proposição linguística. São informações de ordem pragmática, não contribuem de maneira composicional para a atribuição de valor de verdade à sentença. Ao invés disso, colocam em perspectiva o valor atribuído, fornecendo informações de medida de verificação e justificativa (CHAFE; NICHOLS, 1986; CINQUE, 1999; AIKHENVALD, 2004; ROORYCK, 2001a,b). Assemelham-se, assim, a morfemas avaliativos e marcadores de surpresa.

Investigações do fenômeno em línguas românicas, particularmente em espanhol, têm apontado para o uso da categoria complementizador como marcador de evidencialidade. Este marcador ocorre em sentenças como (16) abaixo, extraídas de Etxepare (2007, pp. 25-6) e Porroche Ballesteros (2000, p. 104), respectivamente.

- (16) a. Oye, que el Barça há ganado la champions
‘Olha, que Barça ganhou a liga dos camões!’
- b. ¿Que no te has acordado?
‘(você está dizendo) que não se lembra?’

Etxepare (2007) observa que sentenças como (16a) são apropriadas se o falante for testemunha de um evento de fala envolvendo a proposição descrita (e.g. o falante ouve no rádio que o Barça ganhou a liga dos camões e pronuncia (16a)). Demonte & Fernández-Soriano (2014) consideram que (16a) é uma sentença reportativa, caracterizada por um operador ilocucionário, enquanto (16b) é uma sentença ecoica/de repetição, uma pergunta retórica que indica surpresa ou sarcasmo.

Demonte e Fernández-Soriano (2014), pressupondo uma cartografia expandida da periferia esquerda da sentença, com um domínio de atos de fala sendo projetado acima de CP, propõem que informações relevantes para a pragmática se distribuem nesta cartografia, com o *que* reportativo (16a) realizando o núcleo da projeção avaliativa *EvalP*, localizada acima de CP, e o *que* ecoico realizando a categoria de ForceP, abaixo do CP.

Embora pesquisas sobre representações sintáticas de informações de ordem pragmática sejam

recentes, tendo por vezes um apelo mais descritivo do que explicativo, observamos que o português brasileiro tem uma gama de fenômenos que pode contribuir para pesquisas nesta área. Considere os dados abaixo.

- (17) a. Que me caia um raio na cabeça se eu estiver mentindo!
 b. Não chora, que estraga a maquiagem!
 c. Que você é o melhor que nada!
 d. Olha, que a CPI do Covid vai chamar o ex-presidente para depor!

Seguindo a esteira de pesquisas já em andamento sobre marcadores pragmáticos em português brasileiro (RODRIGUES; LUNGUINHO, 2017; MATOS; RODRIGUES, 2020), uma tarefa para o futuro será descrever e analisar teoricamente dados como (17), mapeando os marcadores de evidencialidade da língua e compreendendo as representações estruturais e restrições sintáticas que regulam a distribuição desses elementos, contribuindo para a formulação de uma teoria alargada que englobe a interface sintaxe-semântica.

Desejamos a você, que nos acompanhou até aqui, uma excelente leitura.

Referências

- AIKHENVALD, A. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CAMPBELL, J. P. Behavior, performance, and effectiveness in the 21st century. In: S. W. J. KOZLOWSKI (ed.), *The Oxford handbook of organizational psychology* (Vol. I). New York: Oxford Press, 2012, pp. 159-94.
- CHAFE, W, NICHOLS, J. *Evidentiality: The Linguistic Coding of Epistemology*. Norwood: Ablex, 1986.
- CINQUE, G. *Adverbs and Functional Heads: a Cross-Linguistic Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CLARA, D. *A aquisição da elipse nominal em português europeu: produção e compreensão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2008.
- DEMONTE, V.; FERNÁNDEZ-SORIANO, O. Evidentiality and illocutionary force: Spanish matrix *que* at the syntax-pragmatics interface. In: DUFTER, A.; TOLEDO, A. (ed.) *Left Sentence Peripheries in Spanish: Diachronic, Variationist and Comparative Perspectives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014, pp. 217-52.
- DE QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D.; KLAMT, M. M. Blending Libras and Portuguese: acceptability variables. Em: Rodrigues, C.; SAAB, A. (orgs.) *Formal approaches to languages of South America*. Londres: Springer, a sair.
- ETXEPAIRE, R. 2007. Some aspects of the quotative construction in Iberian Spanish Anuario del Seminario de Filología Vasca Julio de Urquijo: *International Journal of Basque Linguistics and Philology*, v. 41, n. 2, pp. 25-58, 2017.
- LEFEBVRE, C.; MUYSKEN, P. *Mixed Categories: Nominalizations in Quechua*. Dordrecht: Kluwer

Academic Press, 1988.

LEWIS, M. P. *Ethnologue: Languages of the World*. Sixteenth edition. Dallas, Texas: SIL International, 2009. <http://www.ethnologue.com/16>.

MATOS, G.; RODRIGUES, P. Estruturas paratáticas de que-conetivo em frases não-argumentais. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, (7), pp. 209-25, 2020. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln7ano2020a13>

MARTINHO, F. *A elipse nominal em português e em francês*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

OLIVEIRA, T. B. *Elisão nominal e questões de interface: fronteiras prosódicas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

PORROCHE BALLESTEROS, M. Algunos aspectos del uso de que en el español conversacional. *Círculo de lingüística aplicada a la comunicación*, v. 3, 2000, pp. 100-16.

RAPOSO, E. Nominal ellipsis and prepositional modifiers in Portuguese: a phrase-theoretical approach, *Probus*, v. 30, n. 2, pp. 277-303, 2018.

RODRIGUES, P.; LUNGUINHO, M. Ver como marcador pragmático em Português Brasileiro, *Revista Linguística*, v. 13, n. 2, pp. 231-62, 2017.

ROORYCK, J. Evidentiality – Part I. *Glott International* 5, pp. 3-11, 2001a.

ROORYCK, J. Evidentiality – Part II. *Glott International* 5, pp. 161-68, 2001b.

SALANOVA, A. *Nominalization and Aspect*. Tese de doutorado. Cambridge: MIT, 2007.

SOUZA, I. G. M. *Empilhamento verbal em libras: seriação ou coordenação?* Tese de doutorado, Universidade Católica do Rio de Janeiro, a sair.